

Tendo em vista o elevado grau de desigualdade dos rendimentos entre negros e não negros, mas considerando também as diferenças existentes entre homens e mulheres, este ensaio buscou apresentar as raízes históricas dessa exclusão no Brasil e sua evolução ao longo das últimas duas décadas e meia. Para cumprir tais objetivos, o presente trabalho, além dessa apresentação e das considerações finais, foi dividido em três partes: i) Raízes históricas da exclusão racial; ii) Panorama da economia brasileira no período pós 1980; iii) Diferenças de rendimento segundo gênero e raça – 1982 e 2005.

Na primeira parte, partindo da constatação de que as dificuldades da população negra, em particular das mulheres, são evidentes para aqueles que observam a realidade brasileira no que se refere ao acesso às ocupações melhor remuneradas e de maior prestígio social, buscou-se apontar para as raízes desse processo. A partir da leitura dos clássicos trabalhos de FERNANDES (1965) e HASEMBALG (1979), pretendeu-se destacar os principais aspectos da integração precária dos negros na sociedade de classes brasileira.

Na segunda seção a discussão teve um caráter mais geral sobre o período 1980-2005, quando, depois de crescer a taxas médias de cerca de 7% ao ano entre 1950 e 1980, o país entra num já duradouro ciclo de semi-estagnação, com um crescimento médio de apenas 2,5% do PIB. Foi apresentado um panorama com as principais características da economia brasileira, com destaque para os determinantes desse baixo crescimento e suas implicações negativas para o mercado de trabalho, particularmente a partir da década de 90.

Finalmente, tendo como referência tanto o processo histórico como o período de vinte e cinco anos de baixo crescimento, na terceira parte do trabalho selecionou-se os anos de 1982 e 2005 para avaliar as diferenças em termos de rendimentos, escolaridade e posição na ocupação entre grupos ocupacionais definidos com base no sexo e na cor declarada pelos indivíduos ocupados. Observou-se que a redução da desigualdade dos rendimentos no período não foi capaz de eliminar as expressivas diferenças observadas entre negros e não negros, homens e mulheres, tampouco atenuar o avançado grau de exclusão dos grupos mais discriminados da população ocupada no Brasil. A hierarquia de rendimentos manteve ainda os “homens brancos” no topo, havendo uma aproximação do segmento das “mulheres brancas”. Estas, por sua vez, distanciaram-se da renda auferida pelos “homens negros”, sendo que a melhora observada no estrato das “mulheres negras” não foi suficiente para reverter a precária posição desse grupo na base da pirâmide de rendimentos.

Em síntese, entre 1982 e 2005 houve um significativo crescimento da participação feminina no mercado de trabalho que, aliado ao baixo dinamismo econômico do período, corroborou para a explosão do desemprego, especialmente entre as mulheres e negros, os grupos mais frágeis da estrutura social. Reduziu ainda a participação do rendimento do trabalho na massa de rendimentos

da população e aumentou a parcela de ocupados com rendimentos igual ou inferior a 600 reais mensais em praticamente todos os grupos de ocupados.

Isolando-se o efeito de fatores sócio-econômicos que possam influenciar os rendimentos dos ocupados, como região geográfica, escolaridade e posição na ocupação, observou-se ainda a manutenção de significativas diferenças entre os rendimentos médios dos grupos de ocupados. Em outras palavras, não seriam apenas fatores sócio-econômicos exógenos que explicariam as expressivas diferenças de rendimentos, mas o próprio sexo ou cor do ocupado.

A partir das análises apresentadas, conclui-se que o processo histórico de exclusão permanece como um elemento que ajuda a compreender o atual quadro de diferenças sócio-econômicas entre homens e mulheres, entre brancos e negros. É verdade que um projeto de desenvolvimento, que não pode prescindir de taxas maiores de crescimento econômico, deve considerar o conjunto da população e princípios universais de políticas de inclusão. Entretanto, mecanismos que visem a reparação de injustiças históricas a determinados grupos sociais devem fazer parte dessa estratégia de desenvolvimento.